



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 148

IV Sessão Legislativa

Horta, domingo, 4 de setembro de 2016

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SESSÃO SOLENE EVOCATIVA DOS 40 ANOS DA AUTONOMIA DOS AÇORES

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 15 horas e 30 minutos.

Na presença do Sr. Presidente da Assembleia da República (*Ferro Rodrigues*), do Sr. Representante da República (*Pedro Catarino*), dos antigos Presidentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (*Humberto Melo, Fernando Menezes e Francisco Coelho*) e dos antigos Presidentes do Governo Regional (*Mota Amaral e Carlos César*), dos Deputados à Assembleia da República (*João Castro e Berta Cabral*), dos Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, dos Membros do Governo Regional dos Açores, do Reverendíssimo Bispo de Angra (*D. João Lavrador*), do Presidente da Câmara Municipal da Horta

(José Leonardo), de Autoridades Cívicas e Militares e outros convidados para a celebração dos 40 anos de Autonomia dos Açores, a Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores declarou aberta a sessão.

Proferiram intervenções os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS-PP*), Duarte Freitas (*PSD*), Berto Messias (*PS*), o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*), a Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e o Sr. Presidente da Assembleia da República.

Antes de ser declarada encerrada a Sessão Solene, foram ouvidos o Hino da Região Autónoma dos Açores e o Hino Nacional.

Os trabalhos terminaram às 17 horas e 25 minutos.

Presidente: Muito boa tarde a todos.

Eram 15 horas e 30 minutos.

Em nome de Sua Excelência, o Sr. Presidente da Assembleia da República, declaro aberta esta Sessão Evocativa dos 40 anos de Autonomia Regional.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão, pelo PPM.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Senhor Presidente da Assembleia da República, Senhora Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Senhor Presidente do Governo Regional, Senhoras e Senhores Deputados da Assembleia da República e da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, demais Entidades Cívicas,

Militares e Religiosas, Senhoras e Senhores Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Assinalamos hoje, nesta Sessão Solene, os 40 anos da Autonomia Político-Administrativa dos Açores. Trata-se de um marco importante na nossa vida coletiva e na afirmação do Povo Açoriano.

Estão hoje, aqui presentes, alguns dos homens e mulheres que participaram e marcaram, de forma relevante, o processo político autonómico ao longo das últimas quatro décadas. Destaco o extraordinário percurso autonómico do Dr. Mota Amaral e do Sr. Carlos César, dois políticos açorianos que adquiriram, também, uma relevante dimensão nacional.

Mas o grande protagonista da construção autonómica é o Povo dos Açores e o seu desejo – e capacidade – de assumir o autogoverno político. Esta aspiração política não nasceu em 1975 ou em 1976. A prova viva que não foi assim está ali, naquele canto, onde ondeia a gloriosa bandeira azul e branca que aqui, entre o mar, os vulcões e a gente brava, resiste e persiste, como prova de que aqui, neste aconchego de um povo irmanado, a memória, os valores e a tradição não foram abandonados.

Esta autonomia deve muito à memória dos grandes autonomistas do final do século XIX, políticos monárquicos como Aristides Moreira da Mota ou Gil Mont'Alverne de Sequeira. Foram homens como eles, representando as legítimas aspirações do Povo Açoriano, que lograram obter a primeira autonomia açoriana. Foi em 1895, reinava então o Rei D. Carlos.

Meus Senhores!

Nesta ocasião solene não posso deixar de assinalar a ausência do Presidente da República. O Presidente da República não está presente porque, alegadamente, não quer “envolver-se no processo eleitoral”. Ou seja, na opinião do atual Chefe de Estado, a presença de um Presidente da República numa cerimónia comemorativa da Autonomia dos Açores implica o risco de

envolvimento no processo eleitoral. Nem me atrevo a antecipar o que pensará o Dr. Marcelo Rebelo de Sousa da presença, nesta mesma cerimónia, do Presidente da Assembleia da República, Dr. Ferro Rodrigues, deputado e ex-Secretário-Geral do Partido Socialista.

Estes 40 anos de Autonomia política e administrativa trouxeram inegáveis vantagens ao Povo dos Açores. Nas infraestruturas de todo o tipo e no acesso generalizado a sectores como a educação, a saúde e a muitas outras áreas sociais. Existe um mundo de diferenças entre os Açores pré-autonómicos e a realidade que hoje se vive nas nossas ilhas. Mas temos problemas, de carácter estrutural, no nosso sistema autonómico. Permitam-me elencar três.

1 – As assimetrias no nosso desenvolvimento e o contínuo despovoamento das ilhas mais pequenas dos Açores. Resido e fui eleito pela ilha do Corvo e por isso sei bem que tipo de desvantagens sofrem as ilhas mais pequenas. Mas também sei que é possível ultrapassar constrangimentos, estimulando a sociedade civil local e realizando um investimento público inteligente. Ninguém pode ficar para trás.

2 – A gritante falta de alternância democrática nos sistemas autonómicos insulares. Na Região Autónoma da Madeira governa o mesmo partido desde 1976. Nos Açores os governos do PSD duraram 20 anos, marca alcançada este ano pelo PS. O Sr. Carlos César previu, há vinte anos, que isto aconteceria. Foi ele que disse, nos meses que antecederam as eleições de 1996, que “vinte anos em qualquer parte do mundo é demais. Criam-se clientelas e favoritismos.”

Muito pouca coisa mudou nestas últimas duas décadas. Vinte anos de exercício do poder continuam a ser demais em qualquer parte do mundo. É necessário promover mudanças que incrementem o grau de liberdade do Povo em relação ao poder político do partido governamental. Falo de mudanças na lei eleitoral. De listas abertas e de listas de independentes. Falo

do fim das nomeações políticas na administração e no sector público empresarial regional. Falo do triunfo do mérito nos concursos públicos. Falo do reforço dos poderes de fiscalização do Parlamento dos Açores e na limitação dos poderes políticos do Governo Regional sobre a sociedade civil. Falo, enfim, de uma verdadeira revolução cívica e democrática.

3 – Outra questão estruturante na nossa Autonomia é, precisamente, a falta dela. A República, através do Representante da República e do Tribunal Constitucional, asfixia permanentemente o exercício do nosso autogoverno.

Impõe limitações financeiras atrozes, impede, permanentemente, o exercício das competências estatutárias dos órgãos de governo próprio dos Açores, invade as competências próprias da Região em áreas como a gestão e a jurisdição no Mar dos Açores, deserta e deixa cair no mais decrépito abandono os homens e as instalações que deveriam assegurar as funções do Estado nos Açores e impede o pleno exercício das liberdades políticas na Região através da proibição da criação de partidos regionais.

É por isso que o PPM defende o aprofundamento do sistema de autogoverno, de forma a romper as grilhetas impostas pelo Estado central. Somos o primeiro partido pós-autonómico representado no Parlamento dos Açores. Defendemos a elevação dos Açores à categoria de Estado, unido ao resto do país através de mecanismos federais. Defendemos o poder de veto dos Açores em todas as questões que envolvam o território dos Açores, incluindo o nosso imenso espaço marítimo. Estamos prontos a avançar para o futuro, no sentido de preservar os vínculos do passado.

Termino inspirado pela obstinação de Catão, o Velho; “Considero, ainda, que o cargo de Representante da República deve ser extinto”.

Viva o Povo dos Açores! Viva a Nação Portuguesa!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Aníbal Pires, pelo PCP.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Senhor Presidente da Assembleia da República, Senhor Representante da República para a RAA, Senhora Presidente da Assembleia Legislativa da RAA, Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores, Antigos Presidentes da Assembleia Legislativa dos Açores, Antigos Presidentes do Governo Regional, Senhoras e Senhores Deputados à Assembleia da República, Sras. e Srs. Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Autoridades Cívicas Militares e Religiosas, Açorianos:

Estamos reunidos no edifício sede do poder político e legislativo da Região Autónoma dos Açores, perante os legítimos representantes do Povo Açoriano, as deputadas e deputados regionais a quem saúdo uma vez mais, para assinalar o quadragésimo aniversário da autonomia constitucional.

Passados que são estas quatro décadas sobre a tomada de posse da primeira Assembleia Legislativa dos Açores importa relevar que a autonomia regional nasce da Revolução de Abril de 1974.

Foi com a Revolução portuguesa que os anseios autonomistas do Povo Açoriano foram reconhecidos e consagrados na Constituição da República Portuguesa e no Estatuto Político e Administrativo da Região e que as subsequentes revisões constitucionais e estatutárias vieram a aperfeiçoar e, sobretudo, vieram alargar as competências autonómicas. Há, contudo, uma outra peça jurídica que pela sua importância não posso deixar de registar como uma das mais importantes do nosso histórico e do nosso acervo autonómico, a Lei de Finanças Regionais. Lei que é o instrumento que permite à Região, que permitiu à Região, a partir da sua entrada em vigor, conferir a necessária estabilidade financeira e orçamental à Região através

de Planos e Orçamentos Anuais dotados de financiamento que deixou de ser aleatório e dependente da boa ou má vontade de Lisboa. Julgo, assim, que a aprovação da Lei de Finanças Regionais constitui um dos marcos mais importantes destes 40 anos de autonomia regional e que não poderia deixar de registar nesta sessão evocativa dos 40 anos da nossa Autonomia.

Como afirmei no início desta intervenção a autonomia constitucional não só está direta e indelévelmente ligada à Revolução de Abril de 1974 como é, sem sombra de dúvida, uma das suas mais belas e conseguidas conquistas. Foi por força desta forma especial de organização política do Estado português que durante estes 40 anos se produziram profundas alterações sociais e económicas na nossa Região. É inegável que a autonomia regional, apesar de todas as dificuldades passadas e presentes, possibilitou transformações profundas e um desenvolvimento assinalável.

Se estamos satisfeitos com os resultados obtidos? Não, não estamos. A nossa ambição vai mais longe e está alicerçada num projeto de futuro para os Açores que resolva algumas das crónicas dificuldades estruturais da nossa economia, como por exemplo a sua excessiva dependência externa. Fragilidades que os sucessivos Governos Regionais não ultrapassaram, fragilidades que nos tornam permeáveis a conjunturas externas desfavoráveis e, enquanto assim for a Autonomia não se cumpre em toda a sua plenitude.

Passados que são 40 anos sobre a consagração da autonomia constitucional a sociedade açoriana apresenta sinais de algum descrédito e insatisfação. Alguns protagonistas políticos apresentaram como resposta às críticas que se colocam aos agentes políticos a necessidade de se proceder a uma reforma do sistema autonómico.

Outros, como o PCP, consideram que as ineficiências e insuficiências não se ficam a dever ao esgotamento do atual acervo autonómico, mas sim à

governação regional, que insiste no erro profundo de recusar sistematicamente a utilização de todas as competências que a Região tem ao seu dispor, e também às políticas nacionais de vários e sucessivos governos, quer do PS, quer do PSD, com ou sem o CDS/PP, Governos da República que invadiram e cercearam as competências autonómicas dos órgãos de governo próprio da Região, quer por via do articulado dos sucessivos Orçamentos do Estado, quer fazendo tábua rasa da legislação regional, legislando sobre matérias sobre as quais a Região já detinha, ou detém, um quadro legal. Mas é, sobretudo, a submissão do quadro jurídico nacional e regional à legislação europeia que cerceia, limita e reduz ao mero formalismo a autonomia regional. E essa submissão foi imposta nos tratados europeus que o PS, o PSD e o CDS/PP aprovaram.

A independência e soberania nacionais e as autonomias regionais estão reduzidas a uma expressão pouco mais do que formal pois, nada ou quase nada pode ser decidido pelo País e pela Região sem ter a bênção de Bruxelas, ou de Berlim se assim se preferir.

Não é aceitável que esta Assembleia, recentemente, e quando por unanimidade construiu um novo modelo para o Fundopesca, tivesse de o conformar aos ditames da União Europeia, ou que um programa desenhado pelo Governo Regional para apoio às exportações de produtos açorianos não tivesse merecido o acordo de Bruxelas. Onde está, ou onde ficou perdido o poder autonómico?

A Região Autónoma dos Açores tem, como já disse, um assinalável património autonómico construído ao longo destes 40 anos. Património que urge utilizar até às últimas consequências, Património que urge proteger das ingerências de Lisboa, mas sobretudo proteger das ingerências de Bruxelas.

Somos uma Região distante, insular e arquipelágica, somos uma Região com especificidades próprias. Somos uma Região à qual a República reconheceu um Estatuto de autonomia, somos uma Região à qual a União Europeia reconheceu o Estatuto de Ultraperiferia. Este reconhecimento deve-se às diferenças que nos separam dos territórios continentais e de onde decorrem constrangimentos permanentes ao nosso desenvolvimento.

A Autonomia e a Ultraperiferia não podem ser meros formalismos consagrados no Estatuto, na Constituição e no Tratado da União Europeia sob pena de estar em causa o princípio pelo qual o Povo Açoriano lutou desde o século XIX, o princípio e o direito ao seu autogoverno.

Mais do que a reforma do sistema autonómico proposto por alguns partidos representados na ALRAA, para o PCP a prioridade é a reforma das políticas regionais, nacionais e europeias que cerceiam a autonomia açoriana e que bloqueiam o exercício da livre administração dos Açores pelos Açorianos.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares, pelo Bloco de Esquerda.

Deputada Zuraída Soares (BE): Senhor Presidente da Assembleia da República, Senhora Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores, Excelentíssimos Convidados e Convidadas, Caros Açorianos e Caras Açorianas:

"Livre administração dos Açores pelos Açorianos" (permitam-me, apenas, que hoje, acrescente..." e pelas Açorianas!"): – era esta exatamente a consigna que dava ênfase ao movimento autonomista, no último quartel do Séc. XIX, consigna esta que se traduziu, no primeiro diploma que deu forma

às aspirações insulares, pela mão de Aristides Moreira Mota, eleito deputado, na legislatura iniciada em 1892.

Infelizmente, este diploma teve, como destino, o veto de gaveta.

Todavia, o movimento autonomista manteve a sua luta – com maior ou menor acuidade e pujança – e os Açores nunca deixaram de lutar contra o centralismo e a lógica colonial presentes, quer na Monarquia Constitucional, quer no Estado Novo. ‘Centralismo e lógica colonial’ que sempre orientaram as relações com este Arquipélago.

Desde cedo, a luta pela Autonomia esteve interligada com a luta pela Liberdade e pela Democracia, luta na qual os Açores deixaram a sua marca, na História, como magníficos protagonistas.

Hoje, ao celebrarmos os 40 anos da Autonomia, estamos, de facto, a celebrar a Democracia, pois aquela só foi possível com o 25 de Abril de 1974 e a consequente instauração do regime democrático.

A nossa Autonomia é, pois, filha diletta da Democracia.

40 anos passados, é indiscutível que os Açorianos e as Açorianas têm muitos motivos para comemorar.

“A livre administração dos Açores pelos Açorianos” – a inaugural consigna – permitiu, à nossa Região e ao seu povo, ganhos de cidadania (sociais, económicos, políticos e culturais) capazes de transformar 40 anos temporais, em 400 anos existenciais.

A responsabilidade dos decisores políticos mais perto das populações e os meios que a Democracia disponibilizou à Autonomia, são um património de indiscutível avanço que tem de ser – só pode ser! – reconhecido, conservado e aprofundado!

A luta pela Autonomia, iniciada no Séc. XIX, mantém-se ainda hoje, porque os perigos espreitam e são poderosos.

Na realidade, a lógica política e económica que norteia a União Europeia – enquadrada numa linha liberal e conservadora que visa a acumulação e concentração de capital, nos grandes conglomerados financeiros – tem efeitos terríveis sobre as nossas esperanças de um futuro melhor.

Basta atentarmos no golpe que foi a centralização da gestão dos mares, o fim das quotas leiteiras ou o processo Banif!

Tudo para servir os interesses dos poderosos!

Contudo, também não podemos, nem devemos esquecer quem, do lado de Portugal, foi assinando tratados sobre tratados, sem pedir nenhuma opinião ao povo português.

Se juntarmos a isto um governo, na República, completamente identificado com estas políticas europeias, ao longo de 4 anos, bem percebemos algumas das razões do nosso atraso económico e social.

E percebemos, também, as tentativas torpes de esvaziar a Autonomia, impedindo-a de cumprir as suas obrigações e a sua verdadeira razão de ser.

Insisto: hoje, novos perigos se erguem. Quando é posto em causa o direito dos povos serem livres de escolher os seus destinos e a sua forma de governação, a luta pela Democracia (política, sim, mas também económica e social) é, mais uma vez, a resposta que importa mobilizar.

Porque o ideal Autónimo, também pode ser corroído por políticas que aumentam e aprofundam as desigualdades sociais. E a nossa Região, lamentavelmente, continua a ser um mau exemplo, sob este ponto de vista!

Grandes desafios se perfilham, portanto, perante a sociedade açoriana: defender a Democracia e intensificar a Autonomia – uma e outra tão duramente conquistadas!

Nestas batalhas, os Açorianos e as Açorianas podem contar com o Bloco de Esquerda. Estamos atentos às mudanças e, também, às oportunidades que se perfilham no horizonte.

Também, por isso, continuaremos a defender propostas concretas, para a alteração do nosso Estatuto Político-Administrativo, as quais visam atribuir aos Açores um papel determinante (e não meramente consultivo), quer na utilização do nosso mar, quer nos tratados internacionais que condicionam as nossas 9 ilhas.

Lembremos, hoje, aqui e agora, Ciprião de Figueiredo que, em 1582, recusou a sujeição da ilha Terceira a Filipe II de Castela, escrevendo-lhe: “... As couzas que padecem os moradores desse afligido reyno, bastarão para vos desenganar que os que estão fora desse pezado jugo, quererião *antes morrer livres, que em paz sujeitos*. Nem eu darei aos moradores desta ilha outro conselho... porque um morrer bem é viver perpetuamente...”, fim de citação.

Viva a Autonomia!

Viva a Democracia!

Vivam os Açores!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma intervenção tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima, pelo CDS.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Senhor Presidente da Assembleia da República, Senhor Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, Senhora Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Senhor Presidente do Governo Regional, Senhor ex-Presidente Fernando Menezes, e na sua pessoa saúdo todos os Deputados que por aqui passaram e dignificaram Autonomia e esta Casa, Senhor Presidente Mota Amaral, Senhor Presidente Carlos César que nas vossas pessoas também saúdo todos os Membros do Governo que passaram nestes 40 anos de Autonomia e deram o seu melhor em prol dos Açores, Senhoras e Senhores Convidados:

Autonomia:

Aspiração secular das gentes dos Açores que nasceu faz hoje precisamente quatro décadas, sensivelmente a mesma idade da democracia em Portugal.

Portugal continental e, particularmente os Açores e a Madeira, encontravam-se no início do processo democrático, consideravelmente atrasados, em relação à maioria dos países europeus com regimes democráticos.

É notório e notável o desenvolvimento económico e social que a democracia trouxe ao nosso País e à nossa Região.

A qualidade de vida dos portugueses melhorou significativamente;

Passamos a ter mais e melhor educação;

Passamos a ter mais e melhores cuidados de saúde;

Aumentamos a nossa esperança de vida em convergência com os países mais desenvolvidos;

Melhoramos em praticamente todos os indicadores de conforto;

Ganhamos o direito ao voto e à liberdade de expressão;

E, nós, Açorianos, ainda conquistamos a nossa Autonomia política e administrativa!

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

40 anos depois é, pois, um bom tempo para fazer balanços.

Pergunta-se então e, nós, Açores?

Como foi a nossa evolução?

Como cresceu a nossa economia?

Como foi o nosso desenvolvimento e a melhoria das condições de vida?

Não tenho dúvidas em afirmar que a Autonomia foi um passo de gigante para o desenvolvimento muito necessário da nossa Região.

Porém, chegados a este dia 4 de setembro de 2016, reconhecidas as mais-valias da Autonomia, temos todos, mas todos, a obrigação de refletir sobre o regime autonómico 20/20!

20 anos de governação PSD e 20 anos de governação socialista!

Tenho a certeza que todas as políticas e medidas tomadas foram bem-intencionadas. Podem é não ter sido as mais adequadas e, em alguns casos, foram até erradas.

Como se justifica que, segundo o Índice Sintético de Desenvolvimento Regional do INE (entidade insuspeita), no índice de coesão (e passo a citar o que é o índice de coesão) “... *que procura refletir o grau de acesso da população a equipamentos e serviços coletivos básicos de qualidade, bem como os perfis conducentes a uma maior inclusão social e a eficácia de políticas públicas traduzida na qualidade de vida e na redução das disparidades territoriais*” (fim de citação), minhas senhoras e meus senhores, os Açores ocupam hoje o ÚLTIMO lugar nos resultados publicados neste índice de coesão.

Infelizmente, tem vindo a ser assim ao longo dos últimos anos.

Mas deixemos o INE e vamos a outra entidade igualmente credível: a OCDE e ao seu estudo “Regional Well-Being”, recentemente publicado.

Selecionei apenas 3 indicadores, sendo que 2 deles, educação e saúde, estão regionalizados, ou seja, dependem apenas das nossas escolhas e das nossas opções políticas.

Na educação, os Açores recebem apenas 0.1 em 10 pontos possíveis, sendo, por isso, a pior região classificada das regiões portuguesas.

Na saúde, os Açores alcançam apenas 1 ponto em 10 possíveis, repetindo o pior resultado entre as regiões portuguesas e encontrando-se na cauda das regiões europeias.

Relativamente ao outro indicador, a participação cívica, os Açores têm 0.0 pontos em 10 possíveis!

Perante isso permitam-me que cite Constantino Sakellarides:

“... Olham-se com desconfiança os políticos como sendo todos iguais, mas, uma vez suficientemente cansados, aceita-se periodicamente como boa a escapatória de que os mesmos possam ser agora diferentes – possam ser a solução, ganhando um tempo confortável de ilusão, até passarem a ser novamente todos o mesmo”.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Ao fim de quatro décadas de Autonomia é tempo de nos questionarmos: porque falhamos, sobretudo, na educação e na saúde, as duas áreas que dependiam, única e exclusivamente, de nós.

Talvez o rumo tivesse sido outro, se a governação 20/20 em vez de pseudo-reformas da Autonomia, cujo exemplo mais recente é a intenção de criação de mais cargos, como o de Presidente dos Açores ou os governos de ilha, tivesse tido políticas mais assertivas e mais eficazes.

Apostou-se e aposta-se numa Autonomia de cargos, em vez de uma autonomia de resultados!

Viva os Açores!

Viva Portugal!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma intervenção tem agora a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas, pelo PSD.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Senhor Presidente da Assembleia da República, Senhora Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Senhor Representante da República, Sr. Presidente e Membros do Governo, Senhoras e Senhores Deputados à Assembleia da República e à Assembleia Legislativa, Antigos Presidentes da Assembleia Legislativa e do Governo Regional, Autoridades civis, militares e religiosas, Srs. Convidados, Açorianas e Açorianos:

Comemorar a Autonomia é, no presente, pensar e lançar as bases do futuro dos Açores.

Desejamos que a nossa Região se afirme nos próximos 40 anos como um farol atlântico onde a democracia seja acompanhada de desenvolvimento social e económico e onde as liberdades se cumpram individual e coletivamente.

Ambicionamos que a infância, a juventude, a idade adulta e a velhice sejam um ciclo de vida pleno e realizado para cada açoriano.

A Autonomia que almejamos é, em primeira linha, aquela que permite a cada açoriano ter uma infância feliz, cuidados de saúde dignos, uma educação que o torne um ser humano completo com formação cívica, académica e profissional integral e adequada às dinâmicas e exigências do mundo global atual.

O que temos então de fazer para realizar a ambição das gerações atuais e das que nos vão suceder?

O que devemos fazer para comemorar a memória dos nossos pais e antecessores?

Estas interrogações são a base e a dimensão do desafio que temos pela frente deste desafio que queremos vencer coletivamente.

Este é o nosso projeto. Esta é a nossa ambição. Esta é a minha ambição.

Estamos determinados em cumprir esta verdadeira obrigação açoriana.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Senhoras e Senhores Deputados, Açorianas e Açorianos:

Os pais fundadores da Autonomia Democrática Açoriana, reconhecidos por todos, merecem o nosso respeito e gratidão.

De entre as muitas mulheres e homens das nossas ilhas que lutaram e acreditaram na Autonomia Democrática Açoriana, gostaria de destacar os nomes de Alberto Romão Madruga da Costa, filho desta terra, da ilha do Faial, e que já nos deixou, Álvaro Monjardino, primeiro Presidente deste Parlamento e do Dr. João Bosco Mota Amaral, primeiro Presidente do Governo Regional dos Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Acho que todos os açorianos, independentemente dos partidos políticos em que militam e das ideologias que professam, têm hoje uma palavra de reconhecimento e de gratidão para estes distintos açorianos que sempre acreditaram, desde a madrugada de 25 de Abril de 1974, lutando contra o centralismo do Terreiro do Paço e os descrentes que por cá faziam passar a sua mensagem revisionista, numa Autonomia para todos, para fazer das nossas ilhas uns Açores para todos, onde houvesse mais justiça social, mais igualdade de oportunidades e uma profunda liberdade.

Senhora Presidente, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Açorianas e Açorianos:

Passados 40 anos de Autonomia, é tempo de olhar o futuro.

Permitam-me que aponte algumas daquelas que são as linhas mestras do novo caminho autonómico — do nosso futuro — que devemos lançar e cumprir nos próximos 40 anos.

Precisamos de um governo e de uma governação que aposte na Autonomia de cada Açoriano.

E falo de cada pessoa. De cada pessoa. De cada açoriano.

Cada açoriano deve ter direito, desde que nasce, a todas as condições para ser um cidadão do mundo, capacitado para viver e realizar-se como pessoa, ser feliz e possuir qualidade de vida.

Queremos que a saúde pública, que o nível de educação, que o seu desempenho profissional, que a sua relação com os outros, que a sua relação com o Estado e com a Administração Pública o façam um ser humano completo, pleno de capacidades e de confiança, preparado para competir e viver neste mundo global.

Este futuro, esta ambição, esta nova etapa da Autonomia Regional deve apostar na capacitação dos que nascem e vivem nos Açores, garantindo as bases para a sua realização como pessoa, como ser humano, livre de dependências sociais, políticas ou económicas.

No fundo, queremos uma Autonomia que não se detenha na política.

A Autonomia e os órgãos de governo próprio não são o fim, mas o meio de cumprirmos o sonho de ser portugueses felizes e realizados aqui no meio do Atlântico.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Autonomia tem de ser sinónimo de desenvolvimento social, cultural e económico.

Queremos que a pobreza seja erradicada e que não seja uma condição imutável. Não podemos matar a esperança de quem atravessa dificuldades.

Temos de dar a mão a quem precisa. Sempre. Mas não temos o direito de prender as duas mãos das pessoas para o jugo da dependência.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Açorianas e Açorianos:

O conhecimento e a sua circulação global, a economia imaterial que domina, as transações internacionais, fruto das novas tecnologias da informação e das mentalidades, jogam a nosso favor. Estejamos nós atentos e preparados para aproveitar e tirar partido destas novas regras do jogo.

Temos povo, temos garra, temos capacidade criativa e inovadora, temos uma posição geográfica excelente, temos provas dadas de empreendedorismo e de sucesso nas mais diversas áreas: na cultura, na ciência, no empreendedorismo, na política.

Precisamos de políticas públicas estruturadas, consequentes, pensadas para servir e não ao serviço de quem pensa.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Precisamos de uma administração pública com pessoas motivadas, que sejam recrutadas e avaliadas em função de critérios objetivos de mérito e de qualificação, que não dependa de partidos, que esteja totalmente virada para servir os cidadãos, com rigor e profissionalismo.

Senhor Presidente, Senhora Presidente, Açorianas e Açorianos:

A nossa Autonomia, aquela que faz falta, é a que inverta a tendência e acabe com uma taxa de desemprego superior à média nacional;

Em que deixemos de liderar a discriminação do género e no abuso sexual;

Em que passemos a liderar no sucesso escolar;

Em que não haja abandono escolar;

Em que o analfabetismo deixe de ser uma realidade;

Em que a violência doméstica seja combatida e não exista mais;

Em que a gravidez na adolescência não seja uma realidade;

Em que o consumo abusivo de álcool e a dependência não nos entristeçam e enfraqueçam o nosso tecido social;

Em que deixemos de liderar na pobreza persistente;

Em que deixemos de liderar no usufruto do Rendimento Social de Inserção;

Nos próximos 40 anos temos de deixar de ser os últimos no acesso aos cuidados primários de saúde;

Temos de deixar de ser os últimos no acesso às listas de espera cirúrgicas;

E temos de deixar de ser os últimos em participação eleitoral;

Senhoras e Senhores:

Os Açores que os pais da Autonomia desenharam e que os açorianos apoiaram e fizeram vingar no Portugal democrático não são estes. E não têm que ser estes.

Os açorianos não estão condenados a um fatalismo qualquer que os impede de realizar na sua terra, nas suas ilhas, aquilo que são capazes de fazer, de construir, como demonstram os milhares de emigrantes açorianos espalhados pelas terras do Canadá e da América, que fruto do seu trabalho e de um sistema político, cultural, social e económico permite-lhes conhecer o sucesso.

Não, os Açores e os açorianos não estão predestinados ao insucesso.

Em Autonomia democrática, está nas mãos dos açorianos a mudança necessária que permita ter esperança, esperança num futuro mais promissor, onde a justiça social e a igualdade de oportunidades sejam uma realização e uma vivência dos açorianos no seu dia-a-dia.

É possível vingar. É possível ter sucesso nos Açores. É possível fazer diferente. Alterar rumos para beneficiar muitos mais do que são beneficiados agora. Para que os Açores e a Autonomia sejam para todos.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: As próximas décadas, que começam agora, são um novo ciclo de aposta em cada açoriano, como pessoa completa, plena de capacidades para se realizar neste mundo.

Temos de virar a governação para as pessoas. A pessoa e cada açoriano são o nosso maior património e riqueza.

A nossa batalha autonómica já não se confina ao Terreiro do Paço.

A nossa luta, ao fim de 40 anos de Autonomia, está também em dar autonomia aos sujeitos da Autonomia, em dar Autonomia a todos e a cada um dos Açorianos.

Temos Autonomia para sermos livres e felizes na melhor terra do mundo, os nossos Açores.

Temos órgãos de governo próprio para nos ajudar a ser melhores e não para nos condicionar e castrar a ambição.

Não queremos fatalismos nem donos do nosso querer.

O Governo é dos Açores, mas os Açores não são do Governo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Autonomia é libertação. Libertação histórica, libertação do esquecimento, libertação da pobreza e libertação da fatalidade.

Não há novas fatalidades. Temos de ser livres e autónomos não apenas de Lisboa, mas de todos os que se julgam donos das vontades dos Açorianos.

Autonomia é oportunidade, oportunidade de nos mudarmos. Oportunidade de não ficarmos no mesmo.

Os Açores – como dizia Natália – são a nossa certeza. São a única certeza. Que todos se capacitem disso.

O resto, que no fundo é tudo o que verdadeiramente importa, é a vontade livre de um povo. É a vontade dos açorianos.

Vivam os Açores! Viva a Autonomia!

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma intervenção tem agora a palavra o Sr. Deputado Berto Messias, pelo Partido Socialista.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Representante da República, Sr. Presidente do Governo, Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Antigo Presidente do Governo, Presidente do Grupo do PS na Assembleia da República e Conselheiro de Estado Carlos César, Antigo Presidente do Governo João Bosco Mota Amaral, Antigos Presidentes do Parlamento dos Açores Humberto Melo, Francisco Coelho e Fernando Menezes, Sras. e Srs. Deputados à Assembleia da República, Sr. Bispo Excelência Reverendíssima, Sr. Presidente da Câmara Municipal da Horta, Sra. e Srs. Representantes das Juntas de Freguesia, Autoridades civis e militares, minhas Senhoras e meus Senhores, Açorianas e Açorianos:

Falar em 40 anos de Autonomia é falar em 40 anos de desenvolvimento económico e social da Região Autónoma dos Açores.

40 anos com enormes desafios, com imensas dificuldades, mas com resultados que nos permitem fazer um balanço positivo.

Garantimos infraestruturas fundamentais, construimos escolas, portos, aeroportos, hospitais, centros de saúde. Melhorámos a assistência na saúde, melhorámos a educação. Rasgámos estradas, inovámos nos transportes, apostámos na educação, protegemos os mais fracos, recuperámos ilhas, vilas e freguesias arrasadas por catástrofes naturais. Aproximámos as ilhas, abrimos os Açores ao Mundo.

É indiscutível, absolutamente indiscutível, que os Açores de hoje são muito melhores que os Açores de há 40 anos.

Impõe-se, por isso, que nesta sessão evocativa dos 40 anos de Autonomia, a primeira referência seja para o povo açoriano. Desde a mais ilustre personalidade das artes, do desporto ou da política, até ao mais anónimo cidadão que, todos os dias, no seu trabalho, na sua profissão, na sua empresa, no apoio e proteção da sua família, na participação cívica na sua comunidade engrandecem o nome dos Açores.

São eles os pilares do regime autonómico democrático em que vivemos. Os méritos do que conseguimos nestes últimos 40 anos são do povo açoriano.

E o que alcançámos tem valor redobrado porque conseguimos-lo enfrentando sempre grandes dificuldades. Desde logo dificuldades físicas decorrentes das nossas complexas especificidades territoriais, agravadas muitas vezes pela força da natureza, mas também, muitas vezes, dificuldades institucionais e políticas, fruto de muitas incompreensões, desconhecimento e até ignorância que muitas vezes dominaram o Terreiro do Paço e os Órgãos de Soberania Nacionais.

Acreditamos que essa perspetiva errada e prejudicial para a coesão nacional tem vindo a desvanecer-se. O sucesso do projeto autonómico açoriano e das opções políticas que tomámos deu-nos credibilidade e reconhecimento nacional sobre o trabalho que aqui conseguimos desenvolver.

Sejamos claros. Portugal seria muito menor, seria muito pior, sem as suas Autonomias Regionais.

A afirmação da projeção atlântica, marítima e geopolítica de Portugal no Mundo, têm o seu epicentro aqui nos Açores.

O sucesso dessa afirmação só é possível com uma autonomia forte e credível, que não seja comprometida pela visão redutora que reduz Portugal à pequenez das circunstâncias financeiras.

Dessa forma, viveremos sem ambição de futuro, sem respeito pela nossa herança histórica, numa evidente diminuição da nossa identidade política e cultural enquanto povo.

Continuaremos por isso determinados e vigilantes.

Não permitiremos regressões na perceção e reconhecimento que o Estado tem de ter dos condicionalismos inerentes a viver numa Região como a nossa.

Acreditamos que o diálogo e a concertação são as melhores formas de encontrar soluções para os problemas dos nossos concidadãos. É isso que verdadeiramente interessa.

A história recente e os avanços consideráveis que conseguimos na cooperação com o Governo da República ou até mesmo com o Governo da Madeira provam isso mesmo.

Mas não confundimos cooperação com subserviência nem confundimos solidariedade com desresponsabilização do Estado nas suas obrigações para com os Açores.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Convidados:

A evolução que conseguimos e os resultados das opções políticas que tomámos permitem-nos ser hoje um referencial de credibilidade.

Somos a Região do País que mais convergiu com as metas da União Europeia, com especial relevância para o trajeto que fizemos no Século XXI.

Somos uma referência europeia na aplicação e execução dos fundos comunitários.

São várias as instituições independentes nacionais e europeias que reconhecem a nossa credibilidade.

Esse facto tem hoje uma enorme relevância.

Todos os dias assistimos na comunicação social nacional e estrangeira a problemas estruturais na economia e nas finanças dos Estados e da Banca, que carecem de apoio e, nalguns casos, de intervenção externa.

O crescimento das dívidas públicas e a dificuldade do cumprimento dos défices dos Estados Europeus continuam a dominar o debate político.

No passado recente, como sabem, vivemos momentos difíceis em Portugal com a intervenção externa da Troika, intervenção que teve de acontecer também noutros países europeus.

E apesar de todos estes problemas e de todas as notícias preocupantes sobre a sustentabilidade financeira da Banca e de vários Estados Europeus, em 40 anos de Autonomia, nunca os Açores estiveram sujeitos a qualquer plano de resgate ou intervenção externa.

Recorde-se, por exemplo, o conteúdo dos *reports* da Troika quando esteve em Portugal que referiam que a Região Autónoma dos Açores não precisava de qualquer tipo de atenção especial no que se refere ao seu desempenho financeiro e ao cumprimento das regras definidas.

Num Mundo e numa Europa dominados pelas ditaduras do défice e da dívida, a garantia de credibilidade externa é um dos mais importantes ativos políticos dos nossos tempos, quando indissociável da capacidade para implementar um projeto político que concilie crescimento económico, geração de emprego e proteção social a quem mais precisa.

Saudamos, por isso, nesta sessão evocativa, o Presidente João Bosco Mota Amaral, o Presidente Alberto Romão Madruga da Costa, o Presidente Carlos

César e o Presidente Vasco Cordeiro que, liderando os destinos da Região nos últimos 40 anos, independentemente das opções políticas que tomaram e das divergências e discordâncias ideológicas que saudavelmente sempre existiram sobre essas opções, garantiram sempre a consolidação dessa credibilidade, impedindo assim qualquer humilhante intervenção externa ou resgate que prejudicariam naturalmente os Açores e os Açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Caras e Caros Convidados:

Conseguimos muito nos últimos 40 anos.

O balanço é positivo.

Mas há ainda muito para fazer.

Esta é uma caminhada que não está terminada.

A construção desta “Torre Autónómica” tem de continuar, com inovação e responsabilidade.

Uma Autonomia construída nos Açores, pelos Açorianos e para os Açorianos.

Na valorização do nosso mais importante recurso, as pessoas.

Com a humildade de perceber o que não conseguimos ainda resolver, o que fizemos menos bem, para que isso possa ser melhorado e alterado.

Como escreveu Thomas Friedman hoje o mundo é plano, tem cada vez menos fronteiras.

Só nos afirmaremos nesse mundo cada vez mais global e competitivo se fizermos o que mais ninguém faz, com a qualidade que poucos conseguem atingir.

E temos condições para isso.

Não devemos, por isso, embarcar em narrativas autodestrutivas, divisionistas, próprias de profetas do apocalipse. Temos, sim, de nos concentrar a potenciar o que temos de melhor, a valorizar o nosso trabalho e os nossos recursos.

Não protagonizamos uma Autonomia meramente reivindicativa. Defendemos uma Autonomia Afirmativa, evidenciando todos os dias, que o País tem muito a ganhar com os Açores e com as mais-valias que as nossas especificidades e localização garantem à projeção de Portugal no Mundo.

Continuaremos por isso a lutar e a trabalhar por uma melhor Autonomia.

Uma Autonomia que não está apenas nas páginas de livros de legislação ou nas discussões e debates entre elites, mas uma Autonomia que todos os dias é colocada ao serviço dos cidadãos.

Uma Autonomia com Instituições fortes. Que respeitem de forma irrepreensível os princípios éticos da boa governança e que se deem ao respeito, valorizando a competência, honestidade e responsabilidade, com tolerância zero para os protagonistas que não partilham destes princípios e que não estão à altura das exigências do desempenho de um cargo público.

Uma Autonomia que, através de uma ação responsável, tem recursos e capacidades para providenciar aos açorianos as políticas públicas que garantam melhor Saúde, Mais Educação e mais Emprego. Que garantam, em suma, mais qualidade de vida.

Uma Autonomia exemplar na qualificação da nossa Democracia e no trabalho permanente, nunca acabado, de consolidação da confiança dos cidadãos nas suas instituições públicas, com a lucidez e política de verdade que os tempos exigem.

Uma Autonomia sintonizada com os problemas das pessoas e, conseqüentemente com a procura incessante das soluções para esses problemas. Só assim continuaremos a evoluir.

Uma Autonomia que faz tudo, no limite das suas competências e dos seus recursos, para garantir que os jovens açorianos que estão hoje a estudar e a qualificar-se fixam-se nos Açores, para aqui regressam e aqui aplicam o seu conhecimento.

O futuro da Autonomia é dos jovens açorianos. Só com eles e com o reforço da identificação da causa autonómica enquanto catalisador de mais desenvolvimento, poderemos ambicionar mais 40 anos de crescimento sustentável.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores:

Temos a firme convicção que se continuarmos focados nas questões essenciais para o futuro, não haverá problema que não consigamos resolver.

Com uma frente comum unida na defesa da nossa Região. Apesar das divergências profundas que todos temos neste Parlamento, algumas delas insanáveis, acredito que quando se fala da defesa dos Açores, muito mais é aquilo que nos une, do que aquilo que nos separa.

Pela parte do PS, pela parte do Partido Socialista, continuaremos comprometidos com esta causa Autonómica: a causa das causas!

Com a convicção que a Autonomia Regional dos Açores é um dos mais bem-sucedidos processos políticos do Portugal Democrático.

Estamos prontos e preparados para continuar. Com energia renovada e com a ambição de conseguir mais para a nossa Região.

Conscientes que fizemos e conseguimos muito em 40 anos, mas que há ainda muito para fazer.

Comprometidos sempre com a defesa intransigente dos Açores e dos Açorianos. Seja contra quem for.

Viva o Povo Açoriano. Viva a Região Autónoma dos Açores

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra para uma intervenção Sua Excelência o Senhor Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Senhor Presidente da Assembleia da República, Senhora Presidente da Assembleia Legislativa da RAA, Senhor Representante da República para os Açores, Senhor Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia da República e antigo Presidente do Governo dos Açores, Senhoras e Senhores Deputados à Assembleia da República e à Assembleia Legislativa da Região, Senhoras e Senhores Membros do Governo, Senhor Presidente da Câmara Municipal da Horta e Senhores Autarcas, Senhores Antigos Presidentes da Assembleia Legislativa da Região e do Governo Regional, Excelência Reverendíssima Senhor Dom João, Bispo de Angra, Autoridades Cíveis e Militares, Representantes de Organizações, Empresários e Trabalhadores, Ilustres Convidados, Açorianas e Açorianos:

Reunimo-nos hoje, aqui, para evocar a passagem de 40 anos sobre a data em que, formalmente, iniciou funções em plenitude a então Assembleia Regional dos Açores e o passo que isso significou para o processo de concretização orgânica da Autonomia Político-Administrativa que havia sido instituída na Constituição promulgada a 2 de abril de 1976.

Evocando a data de instalação do Parlamento da I Legislatura, fazemos confluir para este momento a comemoração do 40.º aniversário da instauração deste modelo de descentralização política e administrativa.

Este é, pois, um ato de memória e de respeito pelo labor incansável do Povo Açoriano em prol da Liberdade, da Democracia e do desenvolvimento da nossa Terra.

Memória em relação, não só aos que há 40 anos se lançaram na aventura de delinear e consubstanciar a Autonomia, como também em relação àqueles que, ao longo destes 40 anos, contribuíram para que ela passasse do sonho à realidade, sobretudo naqueles objetivos que lhe foram fixados de promoção do desenvolvimento e do progresso e bem-estar económico e social de todas e cada uma das ilhas dos Açores.

Saúdo, por isso, de forma expressa os antigos Presidentes do Parlamento dos Açores, Álvaro Monjardino, José Guilherme Reis Leite, Humberto de Melo, Dionísio Sousa, Fernando Menezes e Francisco Coelho, e saúdo, igualmente, os antigos Presidentes do Governo, João Bosco Mota Amaral e Carlos César. De forma sentida e respeitosa, e pela presença de sua mulher Senhora D.^a Verónica Madruga da Costa, evoco a memória de Alberto Romão Madruga da Costa, que, quer como Presidente do Parlamento, quer como Presidente do Governo, também deixou uma marca indelével na Autonomia dos Açores. Por vosso intermédio, saúdo e relembro todos aqueles que sob a vossa liderança serviram, defenderam e promoveram a nossa Autonomia e os interesses do Povo Açoriano.

A Autonomia dos Açores, quatro décadas passadas sobre a sua consagração constitucional e institucionalização efetiva, veio a revelar-se, não só como uma das mais notáveis histórias de sucesso da Democracia portuguesa, como, para além disso, o período de maior desenvolvimento, de maior progresso e de maior e mais substantiva coesão de toda a nossa história.

E, se o momento é de memória, não pode deixar de ser também de prospetiva, de futuro e de ambição.

Aliás, essa será, porventura, a melhor forma de homenagear aqueles que, em 1976, também de olhos postos no futuro, abraçaram esse desafio de dar corpo e substância à Autonomia.

Com esse espírito, e animados por essa ambição, falemos, pois, do futuro.

Mesmo deixando para outro tempo e outros espaços a apresentação de propostas e de programas eleitorais que a dinâmica e a vida democrática da nossa Autonomia levaram a que coincidissem temporalmente com este momento, por entendermos que assim se serve e honra melhor esta sessão solene, há, ainda assim, aspetos, porventura mais estruturantes ou de modelo, que julgamos úteis abordar.

Falamos, em concreto, daqueles que consideramos serem os dois riscos e os três desafios que a Autonomia presente enfrenta e, julgamos nós, enfrentará, ainda mais, no futuro próximo.

O primeiro desses riscos é o de se diluir a importância da nossa Autonomia como elemento essencial, como elemento vital, para o autogoverno da nossa Região e para o caminho de progresso e de desenvolvimento que, aos mais variados níveis, temos trilhado e que, estou certo, todos queremos continuar a trilhar.

A primeira forma como esse risco se materializa é a surpreendente afirmação que, tantas vezes e de diversas proveniências, temos visto repetida, de que a Autonomia falhou nos seus objetivos, nos seus propósitos e nos seus fins.

Não está em causa, como nunca poderia estar, nem a liberdade de discordância ou de crítica quanto aos benefícios de determinadas soluções, quanto ao mérito de um determinado caminho ou quanto às vantagens de uma política, nem está em causa o respeito que essas opiniões e críticas devem merecer.

Não está em causa a capacidade e o poder de defender políticas, soluções ou medidas diferentes nos seus objetivos, nos seus mecanismos ou na sua abrangência.

Não está em causa, sequer, a liberdade de até discordar desse modelo de autogoverno, considerando-o aquém do desejável.

A Autonomia está geneticamente, está umbilicalmente ligada à Democracia e à Liberdade, e nunca poderia comprimi-las ou negá-las, sob pena de se negar a si própria.

Todos esses aspetos e todos esses exercícios podem, e devem ser feitos, exatamente no exercício dessa Autonomia política que a Constituição da República nos garante e que encontra, nesta Casa, o espaço privilegiado para o seu debate e cotejo.

Mas interessa que não confundamos – e o risco reside exatamente aqui – aquelas que são as insuficiências, as omissões ou os erros no exercício desse poder de propor soluções ou de apresentar e concretizar caminhos, com a estrutura e o enquadramento político e institucional que nos garante sermos nós, Açorianos, todos nós, a ter esse poder, essa responsabilidade e, – porque não dizê-lo? –, essa obrigação.

Pormos em causa o mérito da Autonomia que nos permite decidir o nosso destino a pretexto de, eventualmente, fazermos uma análise crítica dos resultados das políticas que, ao abrigo dessa Autonomia, foram democraticamente sufragadas e implementadas, é, receio bem, o caminho mais fácil para que, em última instância, fiquemos sem essas políticas e fiquemos sem a Autonomia para definir alternativas.

A segunda forma como esse risco de diluição da importância da Autonomia nos surge é através de posições que, vindas de dentro e de fora, pretendem afirmar que, bastaria termos os recursos, seja da Europa, seja do País, para que hoje estivéssemos, sensivelmente, com o mesmo nível de desenvolvimento.

No fundo, para aqueles que assim pensam, a Autonomia, se é importante, não o é mais do que os recursos financeiros que nos chegam da República ou da União Europeia.

Interessa que, também aqui, a falácia do raciocínio não passe, pelo menos, sem o devido alerta, sinalizando a história como o grande e definitivo desmentido a esse tipo de afirmações.

E a constatação que a luta dos Açorianos pela capacidade de se autogovernarem não foi, nem é, uma luta que vise, ou tenha visado, vantagens financeiras da República ou da União Europeia. Fazê-lo é, seguramente, o primeiro passo para essa desmistificação.

Foi e por posições como essas, continua a ser ainda hoje, uma luta contra o preconceito, a ignorância, a desconfiança e até o desprezo com que, ao longo de cerca de 500 anos – não 40, mas 500 anos – não raras vezes, os Açores e os Açorianos foram tratados.

Sejamos, então, claros: foi e é sempre a Autonomia Regional que fez e faz a diferença!

A Autonomia fez e faz a diferença no acesso dos Açorianos à Saúde quando, em 1974, as principais instalações de saúde apenas existiam nas duas maiores ilhas e, hoje, temos três hospitais em três ilhas, 18 centros de saúde e postos de saúde em muitas e muitas freguesias da nossa Região.

A Autonomia fez e faz a diferença no desenvolvimento económico das nossas ilhas quando, em 1974, o Produto Interno Bruto *per capita* da Região era de apenas 45% do PIB nacional e hoje os dados oficiais da União Europeia confirmam que é cerca de 91% da média nacional.

A Autonomia fez e faz a diferença nas acessibilidades aéreas e marítimas quando, em 1974, só duas ilhas tinham portos artificiais e apenas cinco tinham aeroportos. Hoje, todas as ilhas têm portos e aeroportos que são peças fundamentais nas acessibilidades marítimas e aéreas.

Mas é a mesma Autonomia que fez e faz a diferença quando, face a opções políticas que foram seguidas na República no passado recente, e que se destacaram pelo aumento da carga fiscal, cortes de apoios sociais e redução

na despesa do Estado, nos Açores, no exercício dessa mesma Autonomia, apenas no ano 2015, garantimos mais de 250 milhões de euros de apoios e benefícios às famílias e às empresas açorianas, os quais elas não teriam se vivessem ou estivessem sedeadas na Região Autónoma da Madeira ou no Continente.

Aqui incluiu-se, gostaria de realçá-lo, a criação e o reforço das remunerações compensatória e complementar destinadas aos funcionários públicos regionais.

É a mesma Autonomia que fez e faz a diferença – e interessa referi-lo também para informação dos que tanto se dedicam a saber quem gasta o quê – na gestão das nossas finanças públicas, garantindo que, por exemplo, em 2015, o défice e a dívida pública da Região Autónoma dos Açores significassem, respetivamente, 0,02% e 38% do PIB regional, quando, no País, esses indicadores foram, no caso do défice, 4,4% e, no caso da dívida pública, 138% do PIB.

Mas, no final, é a Autonomia que fez e faz a diferença porque é ela a diferença entre ser o Povo Açoriano ou serem outros a decidirem sobre o nosso futuro.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Ela faz a diferença porque determina que sejam os Açorianos, que seja o Povo Açoriano, e não outros, a ajuizar do mérito ou demérito dos projetos políticos sobre o seu destino coletivo, decidindo através do seu voto nas eleições legislativas regionais, decidindo através dos seus representantes eleitos no seu Parlamento, decidindo através do seu Governo.

Senhor Presidente da Assembleia da República, Senhora Presidente da Assembleia Legislativa, Açorianas e Açorianos:

O segundo risco prende-se com a perda de referências sobre esse trajeto de autogoverno, assumindo-o apenas como um qualquer plano de fomento em que tudo se resume a mais ou menos infraestruturas, a mais ou menos investimento em equipamentos públicos.

Fundamental, a este propósito, é termos e fomentarmos a consciência que, mesmo a propósito da Autonomia, a nossa história não começou apenas em 1976. Ou apenas em 1895.

Julgamos, por isso, essencial cultivar o conhecimento mas, mais do que cultivar o conhecimento, estimular a consciência que, no percurso que temos feito nestas ilhas, esta experiência de autogoverno é, apenas, um breve momento.

E, paradoxalmente, ao mesmo tempo que esse exercício poderá relativizar o tempo de existência desse modelo de descentralização que conquistámos, ele permitirá, igualmente, salientar as diferenças entre o que fomos e o que somos, como chegamos e porque chegamos até aqui.

É por isso que, a par de outras iniciativas, algumas delas desenvolvidas e aprovadas por esta Assembleia, julgamos poder vir a ser de grande importância e utilidade os projetos designados por “Autonomia Digital” e “Casa da Autonomia”, os quais, extravasando quaisquer fronteiras físicas de ilhas ou locais, constituirão um amplo espaço de conhecimento, de memória e de identidade do Povo Açoriano e da nossa Região.

Promover esse conhecimento, acarinhar essa memória e, pela ação combinada desses dois elementos, estimular essa identidade é, sem sombra de dúvida, uma boa forma de também reforçar a ligação dos Açorianos com as suas conquistas, entre as quais se conta a Autonomia dos Açores.

E se esses são, numa análise muito sucinta, alguns dos riscos, convém, igualmente, estarmos despertos para os desafios que se perfilam no horizonte.

Em primeiro lugar, uma referência ao desafio de levar a Autonomia a intervir em novas áreas da nossa vivência coletiva, eminentemente políticas e não apenas administrativas.

Em abono da verdade, refira-se que o Parlamento dos Açores, em boa hora, já iniciou esta abordagem, nomeadamente quando, na última revisão do Estatuto Político-Administrativo, em 2008, abandonou definitivamente a perspetiva desse ser um documento meramente organizador da arquitetura institucional autonómica para passar a ser um documento que, em si mesmo, carrega a carga política dos princípios e objetivos que podem, e devem, estar associados à Autonomia.

Mas acreditamos que é possível ir mais além, num processo para o qual a XI Legislatura que se iniciará este ano trará legitimidade reforçada e contributos acrescidos.

Áreas como a qualidade da Democracia, a melhoria dos mecanismos de participação política, o reforço dos instrumentos de participação cidadã ou, até mesmo, os mecanismos de fiscalização e *accountability* a partir do Parlamento, ou do próprio Governo não podem estar fora do âmbito de uma Autonomia moderna e devem, da parte dela, merecer uma atenção acrescida e substantiva.

Um segundo desafio tem a ver com vencer-se o desconhecimento e, em alguns casos, o preconceito que ainda perduram relativamente às autonomias regionais, atravessando os diversos espaços político-institucionais do nosso País.

Acreditamos ser necessário desenvolver, também a partir da República, uma verdadeira pedagogia das autonomias regionais, combatendo, por via do esclarecimento, uma visão deturpada das mesmas, quiçá, por muitas das vezes se valorizar o acessório mediaticamente mais apelativo do que o essencial substantivamente mais meritório.

A presença de Vossa Excelência nesta Sessão, Senhor Presidente da Assembleia da República, é um bom indicador e um fator de ânimo para os que entendem ser necessário assumir, ao mais alto nível na República, esse trabalho e esse esforço que permita, no fundo, compatibilizar as experiências autonómicas dos Açores e da Madeira com o sentir da generalidade da sociedade portuguesa.

Por último, o desafio de levar a uma maior interação e colaboração entre o Estado e as autonomias regionais em áreas que, das relações externas às áreas tradicionalmente associadas a funções de soberania, podem ter nessa relação um fator acrescido de eficiência e produtividade com benefício mútuo.

Há, efetivamente, um potencial imenso nas relações políticas e afetivas das autonomias regionais com entidades infranacionais, e até mesmo de âmbito regional europeu, e na sua capacidade de serem interlocutores dos interesses do País nessas instâncias.

Aproveitá-lo e desenvolvê-lo é algo que, da parte do Estado, constitui um caminho que ainda não se iniciou de forma coerente e efetiva.

Senhor Presidente da Assembleia da República, Senhora Presidente da Assembleia Legislativa, Senhoras e Senhores, Açorianas e Açorianos:

Concluo com uma palavra para aqueles que são a razão primeira e única de estarmos aqui hoje – as Açorianas e os Açorianos, o Povo Açoriano.

Aqueles que, do Corvo a Santa Maria, lutam para que os Açores sejam o melhor sítio do mundo para se viver e para construir um futuro melhor para os seus filhos e para os seus netos.

Lutam para que continuemos juntos esta magnífica jornada coletiva, este caminho de luta conjunta que nos trouxe até aqui, mas que não termina, nem terminará, enquanto houver um Açoriano na rua, no trabalho, nas empresas, na Assembleia ou no Governo, a acreditar e a lutar para que “A Livre

Administração dos Açores pelos Açorianos” seja uma realidade, seja uma verdadeira ambição em benefício de todos nós, dos Açores e de Portugal.

Hoje, mais do que nunca, ao olharmos para trás, para estes 40 anos de conquistas, de trabalho, de resiliência e tenacidade, e ao vislumbrarmos no horizonte os desafios que, como Povo, temos pela frente, estou certo que as Açorianas e os Açorianos, das nossas nove ilhas e também aqueles que se encontram em várias partes do mundo, sentem de modo particularmente intenso, as felizes palavras que a poeta immortalizou e que hoje, neste dia de celebração, ganham redobrado sentido: “há um orgulho imenso na palavra Açor”.

E, recorrendo às palavras do primeiro Presidente deste Parlamento, proferidas há, exatamente, 40 anos atrás, continuemos, pois, esta nobre missão de juntos, como Povo “altivo na sua modéstia, brioso na sua humildade, sensível na sua capacidade de sofrer, trabalhador no seu “spleen”, português no seu açorianismo”, cumprirmos e escrevermos a nossa história e o nosso destino.

Viva o povo Açoriano!

Viva a Autonomia!

Vivam os Açores!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia da República, Excelentíssimo Senhor Representante da República, Excelentíssimo Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores, Excelências, Antigos Presidentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e do Governo Regional, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados

Regionais, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Horta, Excelentíssimas Senhora e Senhor Deputados à Assembleia da República, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Membros do Governo Regional, Senhor Bispo de Angra e ilhas dos Açores, Excelência Reverendíssima, Exmas. Autoridades Cíveis e Militares, Caros Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Evocamos hoje os quarenta anos da abertura solene da primeira sessão legislativa, da primeira legislatura desta Assembleia, que ocorreu nesta mesma cidade da Horta, tendo sido o culminar de um longo e duro processo de luta do povo açoriano na defesa dos seus interesses, do seu direito à diferença e do seu autogoverno. Como referiu Madrugada da Costa, nas comemorações dos dez anos de Autonomia, referindo-se à promulgação da Constituição da República Portuguesa, em 2 de abril de 1976, e cito, “Eramos finalmente reconhecido o direito de construirmos por nós próprios o nosso futuro, tendo em mente que a Autonomia, agora administrativa e sobretudo política era o límpido reconhecimento do nosso direito à diferença.”, fim de citação.

Gostaria de agradecer a presença de todos vós nesta Sessão Solene, em particular, a de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República que simboliza, desta forma, os laços de amizade e solidariedade que unem o território continental a estas ilhas, dando forma ao preceito legal do artigo 225.º da Constituição Portuguesa, realçando, ainda, as relações de proximidade e respeito mútuo entre estas duas instituições que são o coração do poder representativo, legislativo e político.

No ano em que comemoramos quarenta anos de diversas efemérides que transformaram por completo a realidade açoriana e a vida das suas populações, é tempo de homenagearmos aqueles que abriram e trilharam este caminho e que, num período conturbado e incerto, com coragem e

determinação, foram construindo pedra por pedra o edifício autonómico que nos permite a todos comemorar estes quarenta anos de gestão própria e de concretização dos nossos sonhos: Álvaro Monjardino, Reis Leite, Madruga da Costa, Dionísio Sousa, Humberto Melo, Fernando Menezes, Francisco Coelho, Mota Amaral, Carlos César e Vasco Cordeiro e ainda os mais de quatrocentos homens e mulheres que foram os protagonistas desta caminhada, nos dois órgãos de governo próprio da Região: Assembleia e Governo.

Desenvolveram um trabalho de enorme importância para os Açores e como referiu Fernando Menezes, por ocasião da celebração dos 25 anos de Autonomia, nesse trajeto “Respeitou-se a ilha como realidade incontornável, lançaram-se as bases da unidade regional até aí inexistente, consideraram-se relevantes fatores históricos e encontraram-se equilíbrios sociais e políticos de forma admirável e feliz”, fim de citação.

Souberam, ao longo destes quarenta anos, ultrapassar as suas diferenças e construir os consensos necessários em nome de uma causa maior: a nossa terra e o nosso povo.

Para eles o meu profundo agradecimento e reconhecimento, honrando, neste momento, a memória dos que já partiram.

Nem sempre o percurso foi fácil, numa época em que os meios e as ferramentas ao dispor eram por vezes insuficientes;

Nem sempre o país continental compreendeu a nossa vontade de querer mais, de exigir mais;

Nem sempre as instâncias nacionais e internacionais nos foram favoráveis criando obstáculos onde deveriam existir pontes;

Por vezes até o mar e a terra não nos protegeram, pelo contrário mostraram que podem ser destrutivos, e nos obrigaram, uma e outra vez, a arregaçar mangas e reconstruir tudo do nada, alterando as nossas prioridades e

forçando-nos a concentrar no que era verdadeiramente importante: erguermo-nos de novo!

E por isso hoje é também o dia de agradecer ao povo açoriano.

Aos homens e mulheres desta terra que, desde os primórdios, repudiaram o isolamento e a desconsideração a que eram submetidos, que se impuseram contra a miserabilidade e exigiram mais, porque sabiam que mereciam mais, porque ao seu sofrimento bastavam as tormentas da natureza, a solidão e o desconhecimento sobre o que existia para além da linha do horizonte.

Aos homens e mulheres que se viram obrigados a abandonar esta terra, à procura de uma vida melhor, com outra dignidade e na esperança de um novo futuro para os seus filhos, sem, no entanto, esquecerem que eram açorianos. Cultivaram as tradições e acarinharam a memória e a saudade e hoje orgulham-se dos seus Açores, iguais na beleza, nos tons de verde e no som do mar, mas mais desenvolvidos, com mais e melhores infraestruturas, com outro futuro.

Aos homens e mulheres que, não sendo açorianos de nascença, aqui escolheram viver e que adotaram esta terra como sua, alegrando-se com as suas conquistas e solidarizando-se com as suas amarguras sendo que muitos deles também se bateram por uns Açores autónomos.

Hoje, nesta Casa que acolhe os legítimos representantes do povo açoriano, recordamos, igualmente, que há precisamente dez anos a promulgação da Lei Eleitoral dos Açores permitiu, nas eleições seguintes, mudar a composição desta Assembleia tornando-a mais representativa e proporcional, respeitando sempre o voto de cada cidadão, sem, no entanto, descuidar a representatividade de cada uma das nossas nove ilhas.

Desta forma, e desde 2008, têm assento parlamentar seis partidos políticos o que por si só é consequência de uma desejável dinâmica autonómica

tornando este Parlamento mais plural e enriquecendo, por esta via, a democracia e a própria autonomia.

E a prova que o processo autonómico não é estanque, pelo contrário é um processo aberto e evolutivo, é que, nestes últimos dez anos, promoveu-se, igualmente, a terceira revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, abrindo espaço à participação ativa na cena política da sociedade civil e consagrando novas competências à Região numa tentativa, de que, finalmente, a conceção de autonomia significasse um benefício para o sentido de unidade nacional. Apesar das alterações importantes que essa revisão do Estatuto consagrou, nalgumas matérias, prevaleceu, ainda, uma visão restritiva sobre as vantagens das autonomias, da nossa em particular, não entendendo que o aprofundamento do processo autonómico é sim uma riqueza e não um sobrecusto para o país.

Ademais, o modelo de autonomia regional preconizado com a aprovação do Estatuto Provisório, em abril de 1976, para além de inovador para a época, foi uma conquista da democracia e da liberdade e por isso o seu aperfeiçoamento, ao longo das três revisões posteriores, outra coisa não poderia significar senão o aperfeiçoamento da própria democracia.

Em todo este percurso, nestas e outras batalhas, os açorianos falaram a uma só voz através dos seus legítimos representantes. Hoje, com um quadro parlamentar maior e tão diverso, é com orgulho que afirmo que sempre que a defesa dos Açores está em causa, continuamos a falar a uma só voz! Os entendimentos e a colaboração entre todos são hoje tão necessários para a prossecução do nosso trabalho, como o eram em 1976 e estou certa que a pluralidade do nosso parlamento não é, nem será um obstáculo à construção desses consensos.

Nesta Assembleia, onde todos nós juramos por nossa honra desempenhar fielmente as funções em que fomos investidos e defender, cumprir e fazer

cumprir a Constituição da República Portuguesa e o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, evocamos o passado e todas as conquistas, mas acima de tudo temos de preparar este presente para sabermos que futuro deixar às gerações vindouras.

Hoje somos diferentes protagonistas, são outros os desafios, mas a responsabilidade é a mesma!

Não podemos descurar todo o trabalho em prol do desenvolvimento económico e social dos Açores que a Assembleia e o Governo produziram, num caminho partilhado.

A realidade tal como hoje a conhecemos, das infraestruturas físicas à educação, da saúde à economia, da solidariedade social aos setores produtivos, é fruto desse trabalho conjunto.

Mas hoje, para além da obrigatória necessidade, de continuarmos a trabalhar, lado a lado, Assembleia e Governo, na prossecução dos objetivos e dos modelos que cumpram com o desenvolvimento harmonioso da Região, temos de refletir sobre o trabalho que é necessário desenvolver junto daqueles que nos elegem.

Muito já foi feito para uma maior divulgação do exercício das nossas funções e para que a Assembleia Legislativa esteja mais próxima e acessível aos cidadãos. Nos últimos anos, esta instituição promoveu a desburocratização de procedimentos, a implementação de projetos que deem a conhecer a atividade parlamentar, o desenvolvimento de conceitos como democracia e autonomia junto dos mais jovens, uma maior abertura recebendo todos aqueles que nos queiram conhecer. Estes são apenas alguns dos exemplos que vos apresento de todo esse trabalho de proximidade.

Os deputados desta Casa são o elo entre a ilha e a Região, entre os eleitores e os eleitos, entre os anseios e a realidade legislativa, pelo que teremos de ter a capacidade de reconhecer o que mais podemos fazer e a coragem para

proceder esse caminho de inovação e de uma maior proximidade contribuindo para que a democracia participativa seja uma realidade. Nesta hora solene não posso deixar, por isso, de saudar todos os deputados desta legislatura pelo contributo na dignificação deste Parlamento e para esta caminhada autonómica.

As tecnologias de informação, os novos meios de comunicação e as cada vez melhores acessibilidades têm de estar ao serviço da democracia para que seja possível diminuir o distanciamento e o alheamento da população às questões de natureza política.

A verdade é que é nossa a responsabilidade de fazer a pedagogia da democracia e da autonomia, junto da população em geral, mas principalmente junto das escolas, dos mais jovens para que estes possam ser realmente o garante do nosso futuro democrático.

O apelo a uma cidadania ativa e a reflexão sobre a importância do trabalho parlamentar em todas as suas vertentes, contactos com a população, empresas e instituições, análise e estudo da legislação em sede de comissão e o debate político propriamente dito, são outras das ferramentas que temos ao nosso dispor para contrariarmos este ciclo de desânimo e desapego que faz estremecer os pilares da democracia.

É nossa a responsabilidade, por exercermos funções públicas e políticas, por estarmos ao serviço daqueles que nos elegem, mas é de todos e cada um de nós a responsabilidade de recordarmos, tantas vezes quantas forem necessárias, o quanto sofreram os nossos avós, os nossos pais e muitos de vós, que hoje aqui estão, para que o perfume da liberdade invadissem a nossa vida.

Que mais não seja pela dívida de gratidão que temos para com o nosso passado, é nossa a responsabilidade de fazermos tudo para honrarmos este

lugar e para ocuparmos a linha da frente do combate ao desinteresse e ao abstencionismo.

Recordamos hoje um trajeto de quarenta anos, um percurso naturalmente jovem, mas com um longo caminho pela frente, que dignifica os movimentos autonomistas do século XIX, que antecederam este conceito de autonomia como expressão da democracia, porque há um fio condutor que uniu ao longo dos séculos este ímpeto autonomista: a nossa condição ilhoa.

Nove ilhas unidas pelo mar, que na sua diversidade particular enriquecem o todo regional. E é nesta riqueza, que a natureza nos ofertou, que reside o nosso sucesso.

Álvaro Monjardino disse a 4 de setembro de 1976, há precisamente quarenta anos, na Sociedade Amor da Pátria, “É todo este Povo, altivo na sua modéstia, brioso na sua humildade, sensível na sua capacidade de sofrer, trabalhador no seu “spleen”, português no seu açorianismo, que esperamos ver reconhecido, atuante, dinamizado, através da aceitação expressa da sua vera identidade regional. Foi essa identidade que procurou afirmar-se nos movimentos autonomistas vindos do século passado, e que só agora reputamos consagrada através da Constituição, que o voto dos portugueses legitimou. (...). Sabemos o que somos e como somos. O que valemos e o que nos limita.”, fim de citação.

Não tenho dúvidas que, por sabermos o que somos e como somos, continuaremos a trabalhar em prol da Autonomia dos Açores, honrando o legado dos que nos antecederam e esperando construir um presente que honre os que nos sucederem.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das diversas bancadas parlamentares e dos Membros do Governo)

Tem agora a palavra para uma intervenção Sua Excelência o Senhor Presidente da Assembleia da República.

Presidente da Assembleia da República (*Eduardo Ferro Rodrigues*):
Muito obrigado.

Senhora Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,

Agradeço-lhe o convite e esta oportunidade de me dirigir a esta Assembleia na minha qualidade de Presidente da Assembleia da República e logo numa sessão em que assinalamos os 40 anos da Autonomia Regional, que são desde logo 40 anos de Autonomia Legislativa, constitucional e estatutariamente regulada.

Muito obrigado, é de facto uma honra.

Senhor Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, Embaixador Pedro Catarino, Senhora Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Ana Luísa Luís, Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro, Senhor Antigo Presidente da Assembleia da República, João Bosco Mota Amaral, e antigo Presidente do Governo nesta Região Autónoma, Senhor Antigo Presidente do Governo Regional dos Açores, Deputado Carlos César, Antigos Presidentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Senhora viúva do Dr. Madruga da Costa, Senhoras e Senhores Membros do Governo Regional, Senhora e Senhores Líderes dos Grupos e das Representações Parlamentares, Senhoras e Senhores Deputados à Assembleia da República, Senhoras e Senhores Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Senhor Presidente da Câmara Municipal da Horta, Senhores Autarcas, Senhor Bispo de Angra, Autoridades Convidadas, Caras e Caros Açorianos, Minhas Senhoras e Meus

Senhores, relembro, mas não está aqui presente, mas deveria estar, o Senhor Dr. Álvaro Monjardino, primeiro Presidente desta Assembleia:

Em breve os Açorianos voltarão às urnas para eleger os seus representantes.

Há 40 anos, no verão de 1976, fizeram-no pela primeira vez. Realizavam-se as primeiras eleições regionais, na sequência da entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa.

A democracia não se esgota em eleições, pois como sabemos ela é também o regime da separação de poderes, da independência do judicial, dos direitos da oposição, da liberdade económica e do pluralismo mediático.

Mas sem eleições livres e justas não podemos certamente falar em democracia e, no caso concreto das Regiões, em autonomia regional.

É justamente da força do voto regional que advém a força da autonomia regional.

Considero que o Poder Local Democrático e as Autonomias Regionais constituíram um grande avanço constitucional que teve depois tradução prática na melhoria das condições de vida dos portugueses, objetivo último de todos aqueles que, como nós, se dedicam ao serviço público e ao nobre exercício de funções políticas.

Apesar das dificuldades nos sistemas democráticos devido a défices de confiança, as autonomias regionais são respostas e instrumentos fundamentais.

Vários sonhos de progresso económico e social foram historicamente protagonizados por várias gerações de republicanos e democratas.

Alguns, ilustres, oriundos dos Açores, como Teófilo Braga e Manuel de Arriaga, Antigos Presidentes da República, Alfredo Bensaude, fundador do Instituto "Superior Técnico, ou Augusto de Almeida Monjardino, primeiro Diretor da Maternidade Alfredo da Costa.

Por vicissitudes várias e algumas culpas próprias, a jovem I República Portuguesa nunca se chegou a consolidar, e foi já no último quartel do século que os avanços constitucionais se traduziram em resultados sociais sentidos por todos os portugueses.

Isso deveu-se às portas abertas pelo 25 de Abril e às oportunidades criadas no novo Portugal europeu e cosmopolita que construímos.

A democratização e a europeização tiveram rostos, alguns desses rostos são também eles açorianos e merecedores do nosso respeito e da nossa homenagem. Relembro Melo Antunes, Medeiros Ferreira, Jaime Gama, entre outros.

O Portugal democrático é uma construção de todos e a construção da democracia contou com todos os portugueses, de Caminha a Vila Real de Santo António, de Miranda do Douro à Madeira, de Campo Maior às nove ilhas que formam este belo Arquipélago dos Açores.

Se nestes 40 anos os avanços constitucionais se concretizaram em resultados económicos e sociais, isso deve-se à capacidade de gerar compromissos estratégicos nacionais.

Os atores políticos, os partidos políticos da democracia, souberam estar em cada momento à altura da qualidade do desenho das instituições políticas e das políticas públicas.

Entre essas instituições permitam-me que volte a destacar as Autonomias Regionais, saudando aqui não só a Autonomia dos Açores como também a Autonomia da Madeira.

Ainda há poucas semanas vimos como autonomia e unidade nacional são as duas faces da mesma moeda, em momentos de solidariedade profunda perante a tragédia dos incêndios na Madeira.

As boas instituições políticas são essenciais às boas políticas públicas.

Em contraste com o preconceito desconfiado da ditadura, a generosidade confiante da democracia reconheceu o histórico sentimento autonomista dos povos insulares e percebeu bem que não há nenhuma incompatibilidade entre a autonomia político-administrativa e a integridade da soberania do Estado.

Pelo contrário, é através da autonomia regional e do bom princípio da subsidiariedade que melhor se afirma o Estado Português aqui nos Açores como na Madeira.

Há sempre aspetos a melhorar, há sempre elementos a aperfeiçoar e dimensões a aprofundar, mas não temos felizmente em Portugal nenhuma questão regional nem nenhum problema de identidade.

E isso é uma enorme vantagem comparativa para a nossa afirmação no mundo de hoje, tão ameaçado por tensões religiosas, nacionalistas e regionalistas.

Os Açorianos admiram a presença das nossas Forças Armadas e das Forças de Segurança na Região.

Uma presença que os conforta e ajuda.

Antero de Quental e Vitorino Nemésio são a prova escrita de que os Açorianos deram um contributo extraordinário para a valorização da língua portuguesa.

Com o desenvolvimento da autonomia os Açores estarão ainda em melhores condições para reforçar o seu papel geoestratégico e geoeconómico e afirmar a ciência, a cultura, a investigação e o desenvolvimento como seus pilares.

A Autonomia Regional veio foi aprofundar os meios de comunicação com o continente; veio colocar os Açores e os Açorianos no caminho do desenvolvimento humano – e, nesse sentido, veio reforçar os laços de solidariedade entre todos os portugueses.

Conhecem certamente esta realidade muito melhor do que eu.

Deixo-vos só, porque me impressionam, com alguns dados que ilustram bem como a história da Autonomia é uma história de sucesso.

Em 1993 o poder de compra de cada açoriano não chegava aos 70% da média nacional. Agora está bem acima dos 80%, até mais, segundo disse, o Senhor Presidente do Governo Regional.

Hoje um quarto dos Açorianos já tem pelo menos o ensino secundário completo. Em 1981 só uma minoria de 5% o tinha!

Em 2011 a percentagem de Açorianos com ensino superior chegou aos 10%. Em 1960 estava nos 0,3%! Mérito da Democracia, e mérito da Universidade dos Açores!

O acesso à cultura, fator de emancipação humana, democratizou-se e regionalizou-se. Em São Miguel no início deste novo século não chegavam a 30 os espetáculos ao vivo por ano. Agora são mais de 150!

E assim foi também no Desporto e nesse direito social maior que é o Direito à Saúde, com mais hospitais e centros de saúde a chegar a cada vez mais gente, o que não quer dizer que não haja défices de problemas, mas que há um enorme progresso é absolutamente irrefutável.

A economia açoriana acompanhou finalmente o ritmo de modernização do País.

Há hoje, ao fim de 40 anos de autonomia, mais emprego e melhor emprego nos Açores.

A agricultura continua a ser uma referência de qualidade, mas soube modernizar-se e libertar mão-de-obra para outros setores, como o turismo, por exemplo, que tem vindo a ganhar mercado – ou não fossem estas ilhas uma das grandes maravilhas da natureza a nível mundial.

Acerca da evolução da região nestes 40 anos, deixo-vos ainda uma breve nota pessoal.

Quando fui Ministro da Solidariedade Social (já passaram mais de 20 anos, que arrancou esse processo) lidei de perto com a severidade da pobreza e da exclusão social nalguns territórios açorianos.

Orgulho-me de ter lançado o Rendimento Mínimo Garantido numa lógica de inclusão social e reinserção das pessoas na vida ativa.

Certamente com insuficiências, este foi um instrumento fundamental para a dignificação da vida de todos os cidadãos e não apenas daqueles que tiveram acesso a esse novo direito.

Lembro-me bem dessa realidade e sei que não há comparação possível entre os Açores de então e os Açores de hoje.

É um combate que tem de continuar.

Aliás, há sempre aspetos a melhorar e quando se parte detrás o esforço tem de ser maior.

Vivemos numa economia aberta, os nossos concorrentes também não ficam parados no tempo. Em democracia, já sabemos, não há lugar a gratidões eternas.

O escrutínio é permanente e os cidadãos têm o direito de exigir sempre mais e melhor.

Mas olhando para estes 40 anos, acho que podemos dizer: valeu a pena!

Num tempo em que é moda dizer mal e relativizar as conquistas da política democrática, eu digo: valeu a pena!

A Autonomia valeu a pena, a solidariedade nacional e europeia dos Açores e com os Açores valeram a pena!

Às vezes faz-nos bem esse exercício de memória, para vermos o caminho que já percorremos e para percebermos que temos recursos e energias para enfrentarmos os desafios do futuro.

Uma obra democrática da dimensão desta que os Açores testemunharam em 40 anos nunca é o resultado da ação de um só homem. É sempre o produto da ação corajosa de um povo, neste caso o povo açoriano.

Mas compreendam que destaque a liderança, a visão, a ação de dois grandes Açorianos, dois grandes construtores do Portugal Democrático nos Açores, que estão hoje aqui connosco; dois grandes obreiros da Autonomia Regional:

João Bosco Mota Amaral e Carlos César, Antigos Presidentes do Governo Regional.

(Aplausos dos Deputados de diversas bancadas parlamentares e dos Membros do Governo)

São duas personalidades com quem tenho o gosto de estar frequentemente, felizmente.

O primeiro antecedeu-me em alguns anos nesta tarefa de presidir à Assembleia da República. O segundo preside agora ao Grupo Parlamentar do PS na Assembleia da República, sucedendo-me nessa função.

Neste caso não se trata de destacar um por todos, mas sim dois por todos, porque é de todos o sucesso da Autonomia.

Não é o do partido A ou do partido B, é mesmo de todos.

E agora, para terminar, desejo que enfrentemos os próximos 40 anos no mesmo espírito de solidariedade nacional e exigência democrática. Só assim os resultados continuarão a aparecer.

É mesmo como diz o texto do Hino dos Açores, da saudosa Natália Correia, grande nome dos Açores e da Democracia:

De um destino com brio alcançado colheremos mais frutos e flores; Porque é esse o sentido sagrado das estrelas que coroam os Açores.

Viva a Autonomia Regional,

Viva a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,

Viva a Democracia,

Viva Portugal!

(Aplausos da Câmara)

(Neste momento foram ouvidos o Hino da Região Autónoma dos Açores e o Hino Nacional)

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Agradecendo uma vez mais a presença de todos, declaro, em nome de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, encerrada esta Sessão Solene.

Boa tarde a todos.

Eram 17 horas e 25 minutos.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco